

cultores nordestinos foram historicamente “esquecidos” ou penalizados pelas políticas voltadas para a agricultura e implementadas pelo Estado brasileiro, ao longo de sua história.

Todavia, nos discursos oficiais do atual governo, a agricultura familiar dever-se-ia tornar uma prioridade de política agrícola, uma vez que a mesma é responsável por uma parcela significativa da produção agropecuária nacional e pela sua grande capacidade de absorção da mão-de-obra, sendo, em função disso, uma excelente alternativa para atacar parte dos problemas sociais urbanos decorrentes da migração campo/cidade.

O governo reconhece que, no contexto da agricultura brasileira, a “agricultura patronal” e os “agricultores familiares consolidados” sempre foram beneficiados pelas políticas agrícolas adotadas ao longo do tempo, todavia, a “agricultura familiar de transição” e a “periférica” sempre se constituíram nos eternos excluídos dessas políticas. Cabe agora ao Estado, ainda conforme o discurso oficial, elaborar e implementar uma série de políticas públicas objetivando preferencialmente a agricultura familiar que historicamente foi excluída das políticas para o setor rural, uma vez que as demais formas de exploração agropecuária (a “patronal” e a “familiar consolidada”) terão que se reestruturar competitivamente, utilizando-se apenas dos mecanismos de mercado, para enfrentar a concorrência internacional.

Nesse contexto, o que objetivamos com esse trabalho é analisar até que ponto as políticas agrícola-

las adotadas no Brasil, na década de 90, privilegiaram de fato a agricultura familiar e, mais especificamente, em que medida contribuíram para reforçar ou para superar vulnerabilidades estruturais da agricultura familiar nordestina. Buscaremos, assim, identificar as possíveis contradições existentes entre o discurso governamental de privilegiamento dos agricultores familiares brasileiros – metade dos quais são nordestinos – e as políticas agrícolas de fato implementadas.

1 – A agricultura familiar no contexto dos debates sobre a agricultura brasileira e suas dimensões quantitativas

Por um longo período, desde meados do século XX até aproximadamente metade dos anos 80, os debates sobre a agricultura brasileira centraram-se na análise de uma possível dicotomia existente entre o grande e o pequeno estabelecimento agropecuário. Essa dicotomia está muito bem representada, tanto nos debates sobre feudalismo x capitalismo, que predominou nos anos 50/

60, quanto nas teses e nas críticas da funcionalidade da chamada “pequena produção”, cujos debates foram mais acentuados nos anos 70 e início dos anos 80.

A partir da segunda metade da década de 80, os debates se reorientaram para uma nova dicotomia, cuja matriz empírica partiu da análise da evolução da agricultura dos países capitalistas tidos como desenvolvidos em contraposição ao desenvolvimento da agricultura nas nações capitalistas ditas subdesenvolvidas. Nos primeiros o padrão de desenvolvimento agrícola foi predominantemente assentado sobre a agricultura familiar. Já nos países subdesenvolvidos, o desenvolvimento da agricultura privilegiou o modelo de agricultura patronal, onde a presença do trabalho assalariado constitui um dos indicadores fundamentais de desenvolvimento.

Nesse novo paradigma, o tamanho do estabelecimento deixa de ser a variável fundamental. A nova dicotomia, agricultura familiar x agricultura patronal é estabelecida sobre as formas assumidas pelo processo produtivo, pela gestão, pelo uso da

Quadro 1

<i>Agricultura Patronal</i>	<i>Agricultura Familiar</i>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado pelo produtor familiar e sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas centralizadas	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas à imprevisibilidade do processo produtivo.

FONTE: Ministério da Agricultura, Manual Operacional do Pronaf.

Quadro 2

<p>Metodologia de delimitação do volume de mão-de-obra utilizada</p> <p>Unidade de Trabalho Familiar (UTF) Pessoal ocupado da família de 14 anos e mais</p> <p>+</p> <p>(Pessoal ocupado da família de menos de 14 anos) / 2</p> <p>Unidade de Trabalho Contratado (UTC) (Salários + Valor da quota-parte entregue a parceiros empregados + Serviços de empreitada de mão-de-obra)</p> <p>÷</p> <p>(Diária estadual x 260)</p>

FONTE: FAO/INCRA, 2000

tecnologia, pelas relações de trabalho e pelas estratégias de sobrevivência e expansão. Algumas variáveis básicas são, então, definidas como elementos diferenciadores das unidades definidas como sendo “familiares” e “patronais”.

Os trabalhos realizados pela FAO/INCRA são um exemplo típico dessa forma de diferenciar os estabelecimentos agropecuários, separando-os, a partir de certas peculiaridades, em agricultura patronal e familiar, conforme o Quadro 1.

Todavia, a estimativa das dimensões e da importância da agricultura familiar, no Brasil, necessita de critérios mais objetivos do que aqueles apresentados no quadro acima, para que seja possível a operacionalização dos mesmos a partir das estatísticas censitárias disponíveis. Nesse sentido, o último estudo produzido pelo convênio FAO/INCRA para avaliar a importância e as características da agricultura familiar brasileira utilizou três critérios básicos para separar os agricultores brasileiros em familiares e patronais. Os critérios para definir um estabelecimento como familiar foram: a) a administração do estabelecimento é realizada pelo próprio produ-

tor; b) o trabalho familiar utilizado no estabelecimento é superior ao trabalho contratado; c) o tamanho do estabelecimento deve ser igual ou inferior ao tamanho médio ponderado dos estabelecimentos de cada grande região brasileira e multiplicado por quinze (FAO/INCRA, 2000). Somente quando um estabelecimento se enquadra, simultaneamente, nos três critérios acima, é que o mesmo pode ser considerado, conforme o estudo realizado, como sendo familiar.

Essa forma de classificação implica, primeiro, que cada região do país terá uma área máxima dentro da qual poderá um estabelecimento ser classificado como familiar. Em segundo lugar, apresenta dificuldades para se quantificar o volume de mão-de-obra utilizado em cada estabelecimento e decidir se aquela de origem da própria família foi superior ao trabalho contratado. Isso ocorre porque a melhor forma de estabelecer essa comparação seria convertendo o trabalho dos membros da família e o trabalho contratado utilizados nos estabelecimento em hora/homem/ano. Todavia, como saber quanto tempo cada membro da família dedicou ao tra-

balho na agricultura no estabelecimento? Quanto tempo os trabalhadores contratados, sobretudo os temporários e os por empreitada, trabalharam efetivamente? Para solucionar esses problemas, o estudo FAO/INCRA (2000) adotou a seguinte metodologia (Quadro 2), para definir o volume de trabalho familiar e contratado.

A metodologia para a definição do volume de trabalho familiar apresenta, todavia, um inconveniente: a mesma considerou que todo o tempo do pessoal ocupado da família com mais de 14 anos era dedicado a atividades agrícolas no estabelecimento. Ora, uma das temáticas mais discutidas nos debates sobre a agricultura brasileira da atualidade tem sido a pluriatividade dos agricultores, visto que eles desempenham outras atividades além das tipicamente agrícolas. Isso significa que a metodologia pode estar superestimando o volume de trabalho familiar nos estabelecimentos.

Segundo essa metodologia, a agricultura brasileira, conforme o censo agropecuário de 1995/1996, pode ser caracterizada conforme as seguintes formas de exploração (Tabela 1):

Portanto, haveria no Brasil, aproximadamente 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais 85,2% seriam de natureza familiar e responsáveis por 30,5% da área total e por 37,9% do valor bruto da produção. Nesse aspecto, é interessante observarmos que a participação percentual no VBP dos estabelecimentos familiares é superior a sua participação na área total, indicando que seriam mais produtivos do que os grandes estabelecimentos.

Em termos regionais os agricultores familiares encontram-se assim distribuídos (Tabela 2):

O referido estudo classificou os agricultores familiares do Brasil em 4 categorias, conforme Tabela 3.

Em termos quantitativos esses agricultores estão assim distribuídos no Brasil (Tabela 4):

Tabela 3:
Tipos de Agricultores Familiares

Tipo A	RT > 3 VCO	Capitalizados
Tipo B	VCO < RT ≤ 3 VCO	Em processo de capitalização
Tipo C	VCO/2 < RT ≤ VCO	Em processo de descapitalização
Tipo D	RT ≤ VCO/2	Descapitalizados

RT = Receita Total
VCO = Valor do Custo de Oportunidade = 1,2 x DME x 260
DME = Diária Média Estadual = cálculo da média dos valores informados de remuneração de diarista na agricultura para os meses de junho de 1995, dezembro de 1995 e junho de 1996, segundo os dados do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas.

FONTES: FAO/INCRA, 2000

Tabela 4:
BRASIL – Agric. Familiares – Estabelecimentos, área e VBP dos tipos

FAMILIAR TIPOS	Estab. Total	% Estab. S/ total	Área Total (ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total
A	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2
B	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1
C	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6
D	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1
TOTAL	4.139.369	85,1	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9

FONTES: FAO/INCRA, 2000

Tabela 1:
Brasil – Estabelecimentos, área e valor bruto da produção (VBP)

Categorias	Estab. Total (nº)	% Estab. s/ total	Área Tot. (mil ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total
FAMILIAR	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9
PATRONAL	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0
Inst. Pia/Relig.	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1
Entid. Pública	158.719	3,2	5.530	1,5	465.608	1,0
Não identificado	132	0,0	8	0,0	959	0,0
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0

FONTES: FAO/INCRA, 2000.

Tabela 2:
Agric. Familiares – Estabelecimentos, área e VBP segundo as regiões

REGIÃO	Estab. Total	% Estab. s/ total	Área Total (Em ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1
BRASIL	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9

FONTES: FAO/INCRA, 2000

2 – Nordeste: Agricultura familiar e sustentabilidade

No nordeste os agricultores familiares constituem mais de 88% dos agricultores da região e aproximadamente metade dos agricultores familiares do Brasil. Em termos da tipologia definida pelo estudo FAO/INCRA, os mesmos estão distribuídos conforme Tabela 5.

É interessante observar, com base nos dados acima, que, no Nordeste, mais da metade dos agricultores familiares são descapitalizados, apresentam um VBP (Valor Bruto da Produção) médio, por estabelecimentos, de R\$ 479,38 e constituem, aproximadamente, 63% desses tipos de agricultores brasileiros. Se adicionarmos os agricultores em processo de descapitalização aos já descapi-

Tabela 5:
NORDESTE: Agric. Familiares – Estab., área e VBP dos tipos de agricultores familiares em relação aos totais da região

TIPOS	Estab. Total	% Estab. S/ total	Área total (ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total
A	88.397	3,8	5.476.366	7,0	1.016.680	14,4
B	331.138	14,2	9.984.386	12,7	907.398	12,8
C	420.558	18,1	6.783.325	8,6	520.341	7,4
D	1.215.064	52,2	11.799.140	15,1	582.479	8,3

FONTE: FAO/INCRA, 2000

talizados, os percentuais de agricultores familiares chegam a 70,3% em termos de região e a 59,7% em termos de Brasil.

A situação da imensa maioria dos agricultores familiares do Nordeste aponta para a insustentabilidade da agricultura praticada na região, quando se considera que a noção de sustentabilidade deve contemplar três dimensões básicas: **crecimento econômico, equidade social e preservação ambiental**. (Gomes, 1996, p. 09).

Ora, o nível de pobreza em que se encontra a maioria absoluta dos agricultores familiares nordestinos dificilmente deixa dúvidas quanto ao fato de a agricultura por eles praticada não lhes garantir uma perspectiva positiva de crescimento econômico, de melhoria das condições de vida, e redução das disparidades sociais. Ao mesmo tempo, a falta de terra, de conhecimento sobre manejo sustentável de recursos naturais e de adoção tecnologias apropriadas faz desses agricultores depredadores de seus poucos recursos naturais, na medida em que são obrigados a utilizá-los até a exaustão, por não disporem de outras alternativas de sobrevivência.

Essa insustentabilidade da agricultura familiar nordestina, sobre-

tudo da praticada na porção semi-árida, está associada, de um lado, às condições edafopedológicas e climáticas do Nordeste, uma região marcada por extrema irregularidade pluviométrica e pela existência de solos extremamente pobres e inapropriados para a prática da agricultura e da pecuária bovina (pelo menos, grande parte dos solos nordestinos assim se apresenta). Por outro lado está associada a questões puramente sociais: à uma insuficiência de terras, de tecnologias e de crédito (Cerri, 2000); à uma forma perversa de subordinação aos mercados (tanto ao de crédito quanto ao de comercialização) e ao estabelecimento de atividades agropecuárias inapropriadas para o meio ambiente regional.

Nesse sentido, a insustentabilidade da agricultura familiar no Nordeste é fruto de um projeto histórico de ocupação da região, efetuado de forma a transformar os pequenos agricultores num grande “bolsão” de mão-de-obra reserva, capaz de ser utilizado pelos latifúndios ou prontamente transferido para os setores urbanos-industriais. Desse modo, a agricultura familiar da região não se constitui em instrumento de desenvolvimento econômico e social do país, mas num “exército de reserva”, funcionando inclusive como fator de

pressão baixista sobre os salários do setor urbano. Isto é, essa insustentabilidade é fruto da ausência de políticas sociais que privilegiem esses agricultores como sujeitos fundamentais não só da oferta de alimentos e matérias-primas demandadas pelo setor urbano-industrial, mas também como atores sociais da construção de uma nação cujas disparidades sociais sejam menos gritantes, onde o apoio aos pequenos agricultores teria, no mínimo, um importante papel na redução dos indicadores de pobreza desse país.

3 – A política agrícola brasileira dos anos 70 aos 90

A política agrícola brasileira na década de 70 foi marcada por crédito abundante e subsidiado, através de taxas de juros reais negativas, vinculado a “pacotes” de modernização tecnológica. A partir da crise da economia brasileira no início dos anos 80 e, conseqüentemente, da crise do padrão de financiamento do setor agrícola do país, o Estado muda o instrumento central de sua política para a agricultura, abandonando a política de crédito farto e barato e passando a utilizar a política de preços mínimos como o elemento central, e o crédito agrícola como medida complementar.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) atua, de um lado, na definição *ex ante* do preço dos diversos produtos agrícolas, influenciando nas expectativas de lucratividade e nas decisões de investimentos no setor rural e, de outro, na regulação dos estoques de produção, evitando tanto a oferta excessiva de qualquer produto que possa ocasi-

onar uma redução dos preços e uma diminuição da rentabilidade dos produtores, através da aquisição do “excedente” produzido pelo mercado. Quando há deficiência na oferta, que provocaria uma elevação dos preços, o governo atua vendendo os estoques que possui. Assim, a PGPM atua tanto do lado da oferta (vendendo estoques) quanto do da demanda (formando estoques), procurando regulá-las, de modo a garantir uma renda satisfatória para os produtores e, ao mesmo tempo, evitar pressões elevatórias nos preços agrícolas.

Os efeitos da PGPM sobre a agricultura se dão através de uma série de elementos: primeiro, ela garante um certo nível de remuneração segura para o produtor, de modo a atenuar os impactos negativos de grandes oscilações nos preços dos produtos com fortes impactos sobre a oferta dos mesmos. Segundo, melhora o sistema de comercialização, através de Aquisições do Governo Federal (AGF), pelo qual o governo regula a oferta dos produtos entre uma safra e outra, objetivando evitar oscilações muito acentuadas nos preços dos produtos. Além disso, o sistema de Empréstimos do Governo Federal (EGF) possibilita aos produtores melhorar seus sistemas de comercialização, de modo que eles possam estocar seus produtos para que possam vendê-los nos períodos de entressafra, garantindo, assim, melhor remuneração.

Finalmente, teoricamente possibilita que o produtor visualize me-

lhor suas oportunidades de venda da produção no mercado interno, levando em consideração os preços internacionais. Em termos práticos, quando os preços internos estipulados pelo governo estão aquém daqueles praticados no mercado internacional, os agricultores podem dirigir seus produtos para o mercado internacional, ocorrendo o inverso quando os preços mínimos estão mais elevados do que aqueles verificados nos mercados mundiais.

A sistemática da PGPM também possibilita que o governo evite transferências excessivas de renda, tanto para os produtores (quando ocorre uma grande elevação dos preços agrícolas) quanto destes para o conjunto da sociedade (quando ocorre uma redução no preço dos produtos agrícolas). A possibilidade de variar os estoques em mãos do governo representa o instrumental básico para evitar essas transferências.

Todavia, a crise econômica que se abateu sobre a economia brasileira na década de oitenta, traduzida numa inflação crônica e numa estagnação econômica, teve um forte impacto negativo nas contas públicas. Foi nesse contexto de crise financeira do Estado que começaram, no final dos anos 80, a emergir críticas à PGPM, apontando, principalmente, para os constrangimentos financeiros aos quais ela submetia o Estado, na medida em que o governo tinha de arcar com o dispêndio de volumosos recursos para sustentar as

políticas de aquisições de uma grande parte da produção agrícola, bem como para garantir recursos para o financiamento rural.²

Para completar o quadro de crise da PGPM, os anos 90 foram marcados por mudanças significativas no contexto geral da sociedade brasileira e mundial, as quais impuseram um novo ambiente competitivo para a agricultura, no geral, e para a familiar, em particular, bem como implicou na redefinição das formas de inserção estatal na problemática rural. Dentre essas mudanças, cabe destacar as seguintes: hegemonia, no Brasil, do pensamento neoliberal e de suas receitas de Estado mínimo e abertura comercial; mudança na estratégia agrícola dos países desenvolvidos, passando de importadores a exportadores de produtos agropecuários; as novas regras multilaterais definidas no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio/Organização Mundial do Comércio (GATT/OMC); a constituição do MERCOSUL; a perda da capacidade financeira do Estado; pressões internacionais por redução da pobreza e maior controle ambiental. (Vilela, 1997).

Em função desses determinantes, a partir do início dos anos 90 a política agrícola brasileira vai apresentar uma nova mudança de rota. Com a chegada de Fernando Collor de Melo ao governo, em 1990, inicia-se no Brasil um processo de reformulação da natureza da intervenção estatal na economia, dado que as no-

• • • • •
 • ² Ver, por exemplo, crítica de Guilherme Delgado: “... ao se sobredimensionar a garantia de preços mínimos em presença de inúmeras carências e limitações de outros mecanismos de política agrícola e comercial, criaram-se condições para distorções e desperdícios no sistema, materializados financeiramente num enorme desequilíbrio orçamentário.” DELGADO (1995: 147).

vas-velhas forças políticas passaram a desmontar todo o aparato estatal produtivo, de modo a viabilizar a implantação do chamado Estado mínimo, que iria intervir o minimamente na economia do país, conforme o ideário neoliberal.

No conjunto de receitas para a economia, embutidas no modelo neoliberal, destacam-se as políticas de privatização das empresas públicas e a abertura comercial da economia com a redução das barreiras alfandegárias. No discurso oficial, essas medidas objetivavam promover a “modernização” da economia brasileira, de modo a torná-la eficiente e competitiva nos mercados globais. Tais políticas partem da premissa de que o Estado é essencialmente ineficiente nas atividades econômicas, devendo, portanto, ser afastado, para que as forças do “mercado livre” promovam a livre movimentação dos fatores produtivos e o equilíbrio da economia.

No discurso justificador de tais políticas também estava presente a idéia de que era preciso promover o equilíbrio financeiro das contas públicas, o qual só seria possível com a redução drástica dos gastos governamentais.

Na primeira metade dos anos 90, podem ser destacados dois elementos na política agrícola brasileira: em primeiro lugar, o processo de abertura comercial que teve início por volta de 1990, implicando na entrada, no país, de produtos agrícolas

importados para concorrer com a produção interna. Conforme Francisco Menezes, na política agrícola implantada pelo governo Collor “...destacou-se a redução das alíquotas de importação de produtos agropecuários e de máquinas e insumos agrícolas. Segundo o próprio governo, procurava-se, assim, forçar os produtores nacionais a aumentarem sua produtividade.” (Menezes, 1991: 79).³

Em segundo lugar, destacou-se a retirada do governo da PGPM e alterações na política de crédito rural.

“No que se refere aos preços mínimos, programou-se uma progressiva retirada da intervenção governamental, reduzindo-se, de início, de 20 para 10 os produtos garantidos por essa política. (...) O governo também definiu aquilo que denominou de “rezoneamento” da produção agrícola. Consistiria na aplicação de um deságio aos preços mínimos dos produtos produzidos nas regiões mais afastadas de seus centros produtores.” (Menezes, 1991: 80).

No âmbito da política de crédito rural, o governo promoveu, segundo Francisco Menezes, mudanças no sentido de redefinir as categorias de grandes e médios produtores, possibilitando, com tais mudanças, que alguns deles pudessem ser classificados de médios e pequenos produtores, respectivamente, de modo a facilitar para eles o acesso ao crédito agrícola. Ora, considerando-se que tais

produtores possuíam maiores condições patrimoniais de obter crédito, os mesmos passavam a concorrer com maiores vantagens na captação do crédito rural, deslocando parte daqueles produtores tradicionalmente classificados como pequenos e médios. Além disso, o volume de crédito rural concedido aos agricultores brasileiros nos anos 90 apresentou uma significativa redução *vis a vis* o crédito dos anos 80, que, aliás, já vinha em declínio quando comparado à década de 70.

Assim, a partir do início dos anos 90 a política agrícola brasileira vai ser progressivamente re-orientada no sentido de permitir que o próprio mercado assumira as tarefas de abastecimento, gerenciamento de risco e financiamento do setor rural. (Barros, 1998; Mendonça de Barros, 1998). Nos argumentos do governo, dada a debilidade financeira do Estado e o fato de a economia brasileira estar entrando numa fase de maior inserção nos mercados internacionais, caberá ao setor privado, respondendo às sinalizações do mercado via preços, a tarefa de garantir o abastecimento e o financiamento da produção agrícola.

Em substituição aos estoques reguladores do Estado, a política de abertura comercial desempenhou o papel de equilibrar a oferta e a demanda, ao mesmo tempo em que, no período pós-real, permitiu um choque de oferta de produtos agrícolas os quais serviram para redu-

• • • • •
 • ³ Segundo Delgado & Fernandes Filho (1999), a alíquota média de importação do arroz, feijão, milho, leite, algodão e carne de boi em 1989 era de 26,8%. Em 1997 a tarifa média de importação desses produtos havia se reduzido para 13,0%. Portanto, para menos da metade em apenas 8 anos.

zir os preços dos produtos agropecuários e, com isso, ajudar no processo de estabilização monetária. A agricultura funcionou, assim, como uma “âncora verde” dos preços.

Na questão do crédito agrícola, os recursos do Tesouro Nacional foram encolhendo progressivamente durante os anos 90, enquanto crescia a participação do crédito privado. Todavia, o montante de redução do crédito público não foi compensado pelo aumento do crédito privado, implicando com isso numa redução do volume global. Progressivamente os recursos do Tesouro foram sendo destinados apenas para equalizar a diferença entre os juros dos agentes financeiros privados e as taxas estabelecidas para o crédito rural. (Barros, 1998).

Em resumo, a política agrícola brasileira na primeira metade da década de 90 se caracterizou pelos seguintes elementos: **abandono da PGPM, redução do crédito rural com substituição das fontes públicas por fontes privadas⁴ e abertura da economia.** Com a introdução do Plano Real, em 1994, a política agrícola não só reforçou esses elementos como também introduziu outros de natureza macroeconômicas e de importância capital para o desempenho do setor agrícola na segunda metade da década. Esses novos elementos foram: **sobrevalori-**

zação da moeda e elevação das taxas de juros.

Para compensar essa política agrícola predatória e por pressão dos pequenos agricultores brasileiros organizados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o governo federal instituiu, na segunda metade da década de 90 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ao PRONAF, o governo federal estabeleceu como finalidade, promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos pequenos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda.

Na concepção do governo, a agricultura familiar dever-se-ia tornar uma prioridade de política agrícola, uma vez que a mesma era responsável por uma parcela significativa da produção agropecuária nacional e pela sua grande capacidade de absorção da mão-de-obra, sendo, em função disso, uma excelente alternativa para atacar parte dos problemas sociais urbanos decorrentes da migração campo/cidade.

Porém, o volume de crédito alocado para o PRONAF, além de insuficiente e caro⁵, foi apropriado, em sua maior parte, por aqueles pequenos agricultores que já tinham acesso

ao crédito, uma vez que trabalhavam sob o regime da integração produtivas com agroindústrias processadoras.

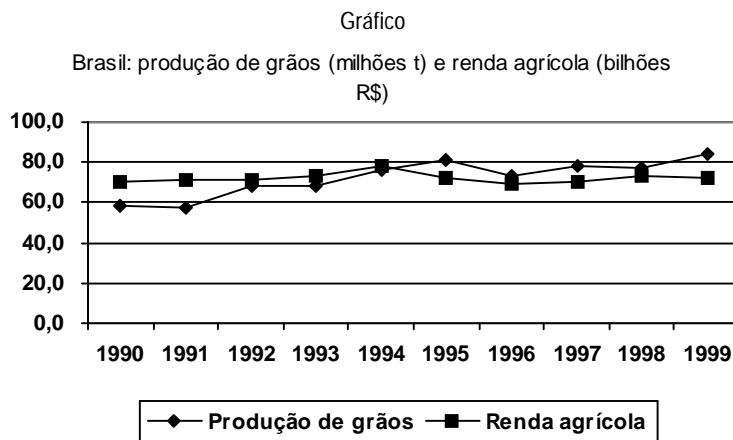
4 – o comportamento da agricultura brasileira nos anos 90

O comportamento da agricultura brasileira nos anos 90 pode ser analisado verificando-se três indicadores básicos: o volume da produção, a evolução da renda agrícola e o comportamento dos preços agrícolas.

No que diz respeito à produção de grãos, vê-se, pelo gráfico a seguir, que a mesma estagnou-se em torno de 80 milhões de toneladas desde a entrada do plano real. Além disso, se levarmos em consideração que no final dos anos 80 a produção brasileira de grãos já havia ultrapassado a casa dos 70 milhões de toneladas na safra de 1989, veremos que o crescimento apresentado na primeira metade da década não foi da dimensão daquela apresentada no nosso gráfico. Na verdade esse gráfico traduz um crescimento significativo da produção entre 1990 e 1995 apenas em função de que nos dois primeiros anos da década de 90, a safra brasileira sofreu uma retração significativa em função da desastrosa política do governo Collor, sendo que somente em 1993 a produção de

⁴ Marques & Sousa, (1998), apresentam uma breve descrição dos novos instrumentos de comercialização/financiamento da produção agrícola, como por exemplo as Cédulas ao Produtor Rural (CPR) e os Mercados Futuros.

⁵ Em 1996, 1997 e 1998 as taxas de juros nominais cobradas dos financiamentos de custeio da agricultura familiar foram de 12%, 9% e 6,5%, respectivamente. Por outro lado, a inflação nesses anos foi 10,04% (1996), 4,83% (1997) e 1,8% (1998). Ou seja, as taxas de juros foram reais e crescentes, de modo que em 1996 as mesmas eram 19,6% superiores à taxas de inflação, em 1997 eram de 86,3% acima da inflação e em 1998 eram de 261,1% acima da inflação. (Teixeira, 2000).



FONTES: Produção: Agroanalysis, abril/1999; Renda: Indicadores Rurais, CNA, Jan/Fev/2000

grãos volta aos níveis do último ano da década de 80.

Na segunda metade da década de 90, verificou-se no Brasil uma redução da produção *per capita* de grãos, dado que a população brasileira continuou crescendo enquanto o volume de produção permaneceu estagnado. A essa redução da produção *per capita* obviamente que o consumo só pode ter reagido de duas formas, ou se retraindo ou recorrendo-se às importações. Na verdade os dois fenômenos foram registrados.

Na década de 90, verificou-se também uma retração significativa na área de algumas lavouras com impactos significativos sobre o emprego agrícola. Segundo Gonçalo Júnior & Estanislau (1999), somente em função da redução da área da cultura do algodão nos anos 90 foram extintos 1,4 milhão de postos de trabalho, dos quais 1 milhão estavam no Nordeste. Além disso, entre os últimos quatro anos da década de 80 e os últimos quatro dos anos 90, a área cultivada com grãos no Brasil reduziu-se em aproximadamente

5,85 milhões de hectares (Agroanalysis, 1999).

A partir desses dados, é possível se imaginar os milhões de empregos agrícolas que foram perdidos no campo, nessa década, e o impacto que isso teve sobre milhões de famílias que foram jogadas na marginalidade nesse período e que, provavelmente, foram engrossar os números das favelas urbanas do país. Se as estimativas de Lício (1998) estiverem corretas (de que em média 5 hectares cultivados geram 2 empregos diretos e 1 indireto), então somente a redução da área plantada com grãos no Brasil entre o final dos anos 80 e o final dos anos 90, provocou a redução de 2,34 milhões de postos de trabalho diretos e 1,17 milhão de postos indiretos, ou seja, reduziram-se 3,51 milhões de postos de trabalho.

Mas na verdade a situação foi mais grave do que isso: entre 1975 e 1989 a área plantada com grãos no Brasil se expandiu a um ritmo de aproximadamente 700 mil ha/ano. Ora, se esse ritmo tivesse permane-

cido durante os anos 90, em 1999 a área cultivada com grãos no país teria sido superior à área de 1989, em aproximadamente 7 milhões de hectares. Isso significaria, então mais 4,2 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos. Assim, somando-se o que poderia ter sido criado se a expansão da área cultivada tivesse se mantido na década de 90 no mesmo ritmo das duas décadas anteriores (4,2 milhões de empregos) mais a redução dos postos de emprego ocasionados pela redução da área nos anos 90 (3,51 milhões de emprego) a política agrícola dos anos 90 foi a responsável pela perda (real e potencial) de 7,71 milhões de postos de trabalhos. Aproximadamente 10% da População Economicamente Ativa (PEA) total do país, e um número superior aos dados de desemprego do IBGE.

A renda agrícola nos anos 90 manteve-se rigorosamente estagnada durante a década. Porém, quando comparada com a dos anos 80, a mesma sofreu uma redução brutal. Segundo alguns estudos, a renda bruta das principais lavouras cultivadas no país reduziu-se em 38,35% quando comparados os valores do período 1990-1998 com o de 1980-1989. (Agroanalysis, 1999: 17). Isso representa uma perda média anual de aproximadamente R\$ 3,04 bilhões ou de R\$ 30 bilhões no período de uma década. Esse comportamento declinante da renda agrícola, no Brasil, nos anos 90, está diretamente relacionado ao comportamento dos preços agrícolas. Segundo a Agroanalysis citada, na década de 90, em comparação com a de 80, os preços agrícolas no Brasil recuaram em média 46%.

Portanto, o comportamento da agricultura brasileira, nos anos 90, pode ser caracterizado pelos seguintes elementos: **estagnação da produção, queda/estagnação da renda agrícola, redução dos preços dos produtos agropecuários e diminuição do emprego rural**. Este comportamento foi, nitidamente, o resultado de políticas agrícolas que prejudicaram sobretudo aos pequenos produtores, os quais sofreram as consequências nefastas de uma abertura comercial sem qualquer critério, e de uma sobrevalorização cambial que se mostrou mortal, para algumas culturas (caso exemplar do algodão).

Além disso, esses pequenos produtores se viram excluídos ainda mais do mercado de crédito rural, uma vez que a redução do volume e a transferência das fontes creditícias dos recursos públicos para os recursos privados, acirrou a disputa por recursos escassos. Se quando provinham de fontes públicas, já era difícil o acesso dos pequenos produtores a tais recursos, imagine-se quando o credor é um agente privado.

Obviamente que nem todos os produtores agrícolas familiares foram vítimas desse processo. É certo que alguns deles conseguiram se integrar nesse novo ambiente competitivo, mediante a incorporação de técnicas agrícolas modernas, acesso a crédito e integração vertical com alguns setores agroindus-

triais. Todavia, esses agricultores constituem uma minoria, provavelmente formada pelos segmentos classificados como dos tipos A e B na metodologia utilizada pelo estudo FAO/INCRA. Se isso for verdade, dos aproximadamente 4,1 milhões de estabelecimentos familiares existentes no Brasil, talvez 1,4 milhão tenha conseguido se adaptar a esse novo ambiente competitivo. No entanto, alguns especialistas da área acreditam que esses estabelecimentos familiares que conseguiram se sair bem nesse novo cenário agrícola do país não ultrapassem as 800 mil unidades, enquanto que apenas 100 mil estabelecimentos patronais venham se enquadrando de forma eficiente no mercado.⁶

5 – A política agrícola e a sustentabilidade da agricultura familiar nordestina

Já afirmamos anteriormente que a vulnerabilidade da agricultura nordestina está associada, em parte, a elementos históricos e sociais como: falta de crédito, de tecnologias adequadas ao espaço regional, insuficiência de terras, acesso aos mercados de forma perversamente inadequada e prática de atividades agropecuárias não apropriadas para a região. Na nossa compreensão, a política agrícola adotada nos anos 90, a despeito dos discursos para privilegiar a agricultura familiar do país,

na verdade, contribuiu para agravar ainda mais as condições de insustentabilidade da agricultura familiar nordestina. As medíocres taxas de crescimento econômico verificadas no período, a política de abertura econômica, o afastamento do governo da política de crédito e de comercialização e a sobrevalorização cambial, tornaram-se instrumentos de estrangulamento da agricultura familiar da região.

Embora não seja uma condição suficiente para o estabelecimento das melhorias de condições de vida das populações urbanas e rurais, o crescimento econômico é uma condição necessária para que se possa pensar na geração de mais e melhores empregos para essas populações. Assim, nos anos 90, a economia brasileira viveu mais uma década de crescimento medíocre, fechou-se a possibilidade de uma demanda crescente por produtos alimentares ou outros da agropecuária, a qual poderia ser atendida pela agricultura familiar, gerando-se com isso mais emprego e renda para esse contingente de trabalhadores que, no Nordeste, pode chegar a uma população de quase 10 milhões de pessoas⁷.

Aliás, se a economia brasileira não tivesse “patinado” durante essa década e tivesse conseguido obter taxas de crescimento mais robusta com uma mínima distribuição de renda, muito provavelmente teríamos tido uma crise de abastecimento agrícola sem precedentes na história do país.

• • • • •
⁶ Ver na Revista Globo Rural, de Ago/2000, entrevista com o Professor da USP Guilherme Leite da Silva Dias, que foi secretário de Política Agrícola no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

•
⁷ Considerando-se que no Nordeste existe aproximadamente 2 milhões de estabelecimentos familiares, as famílias vivendo nesses estabelecimentos podem chegar a uma população de quase 10 milhões de pessoas.

Difícilmente os agricultores que conseguiram se modernizar e competir com eficiência durante esse período teriam condições de atender a um crescimento mais significativo da demanda. Assim sendo, ou se teria uma falta de alimentos no país ou o governo seria obrigado a recorrer a importações maciças, as quais teriam agravado as já debilitadas contas externas.

A essa quase ausência de crescimento econômico do país nos anos 90 vieram se somar dois outros fatores extremamente nefastos: a abertura comercial e a sobrevalorização cambial. Esses dois fatores implicaram na entrada no país de toneladas e toneladas de produtos agrícolas, os quais vieram competir de forma predatória com a produção interna. Nesse caso, a cultura do algodão foi paradigmática para os agricultores familiares nordestinos. Segundo Gonçalves Júnior & Estanislau (1999: 25), no final dos anos 80, o Nordeste cultivava 1,6 milhão de hectares de algodão, gerando com isso 1,3 milhão de oportunidades de empregos diretos e indiretos. Porém, entre 1995 e 1998, essa área se reduziu para apenas 348 mil hectares e 278 mil postos de trabalho. Se considerarmos que, conforme o estudo FAO/INCRA, os estabelecimentos familiares nordestinos são responsáveis por aproximadamente 56,3% da produção de algodão no Nordeste, então as importações reduziram a área plantada com algodão pela agricultura

familiar nordestina, em aproximadamente 700 mil hectares, reduzindo com isso em torno de 575 mil postos de trabalho.

De outro lado, a política creditícia do governo também penalizou o segmento familiar da agricultura nordestina, uma vez que transferiu do setor público para o setor privado as fontes do crédito destinado para a agricultura, dificultando ainda mais a possibilidade dos agricultores familiares da região terem acesso a esses recursos.

Nem sequer os poucos recursos do PRONAF puderam ser aproveitados pelos agricultores nordestinos, uma vez que sabidamente foram as regiões Sul e Sudeste do país, que embora tenham um número de agricultores familiares inferior ao Nordeste, que se apropriaram da maior parte dos recursos⁸. Há que se levar em consideração, ainda, que o PRONAF foi instituído não para aqueles agricultores que se encontram na classificação de periférico, que seriam aproximadamente, aqueles produtores familiares classificados como C e D pela FAO/INCRA. Ou seja, esses produtores sequer fazem parte da política compensatória do governo para os produtores familiares do Nordeste. Portanto, os agricultores deserdados do Nordeste constituem aproximadamente 1,7 milhões de estabelecimentos familiares, abandonados à própria sorte, uma vez que o governo os considera incapacitados de participar

desse novo ambiente agrícola brasileiro.

Ora, a política agrícola brasileira nos anos 90 tendeu a fortalecer as forças de mercado como instrumentos de diferenciação dos produtores rurais, de modo a possibilitar a permanência no mercado apenas daqueles que fossem mais competitivos. Nesse sentido, teriam mais oportunidades aqueles que conseguissem se adaptar ao novo ambiente concorrencial, marcado pelas importações de produtos agrícolas e pelo abandono do governo, dos instrumentos tradicionais de comercialização e crédito. Assim seria fundamental o acesso a tecnologias modernas e a créditos baratos, de modo a possibilitar uma incorporação da produtividade e uma redução de custos. Somente uma parte daqueles produtores que tiveram acesso a crédito bancário (ou seja, a parte que não sucumbiu aos pesos dos encargos financeiros) ou que foram capazes de realizar auto-financiamento, conseguiram de fato apresentar um saldo líquido positivo de suas atividades no meio rural.

Estruturalmente, incorporar tecnologias modernas, baseadas na tecnificação e na introdução de insumos industrializados (sementes, adubos e defensivos), é um aspecto bastante complicado na agricultura do semi-árido nordestino não passível de irrigação, dada a sua vulnerabilidade climática. Em outros termos, arriscar investimentos em tecnologias modernas na região

• • • • •
 • ⁸ Em 1997, segundo Murilo Flores, "... a maior concentração da aplicação de recursos (...) foi observada na região sul, com 64% do total, seguida da região sudeste com 18%, nordeste com 10%, centro-oeste com 7%, e norte com 1%." (FLORES, 1998: 191).

semi-árida nordestina apresenta um grau de risco muito mais elevado do que em outras regiões do país, porquanto a possibilidade de perda de colheitas por fatores de variabilidade climática é muito maior no semi-árido.

Assim, o próprio modelo de política agrícola do país, ao estimular aqueles produtores que conseguissem se modernizar, já constitui, por si só, um elemento de estrangulamento da produção agrícola nordestina. Desse modo, de aproximadamente 2 milhões de estabelecimentos familiares existentes no Nordeste brasileiro, apenas um pequeno contingente, de aproximadamente 300 mil unidades (a soma dos tipos A e B), no máximo, conseguem de fato manter uma certa competitividade no ambiente dos anos 90. Portanto, aproximadamente 1,7 milhão de estabelecimentos agrícolas familiares no Nordeste brasileiro (85% deles) estão passando por sérias dificuldades em função de uma política agrícola que foi adotada nessa década. Talvez seja por isso que alguns pesquisadores venham identificando um aumento das atividades não-agrícolas no meio rural. Ora, excluídos das políticas de crédito e comercialização adotadas pelo governo federal, pressionados pela concorrência de produtos importados, ao mesmo tempo em que o preço real de seus produtos despencam no mercado, tais produtores são obrigados a recorrer a outras alternativas de renda como uma forma de garantir a sobrevivência da família, uma vez que, considerando a estagnação das economias urbanas, dificilmente teriam condições de sobreviver nas grandes cidades.

Excluídos das políticas agrícolas e vendo suas rendas decrescerem, esses produtores da agricultura familiar nordestina vêm buscando alternativas de sobrevivência em outras atividades que não as propriamente agrícolas, multiplicando-se com isso o número de famílias cuja principal fonte de renda é oriunda de atividades não-agrícolas.

Na verdade esse modelo agrícola adotado nos anos 90, no Brasil, obteve uma boa resposta, no Nordeste, por parte daqueles agricultores que exercem suas atividades nos cerrados da região ou nos pólos de agricultura irrigada. Todavia, a agricultura familiar nos moldes tradicionais está praticamente excluída desses espaços. Os cerrados nordestinos estão sendo ocupados com o cultivo de grãos em grande escala, altamente mecanizado e utilizando insumos químicos modernos. Esse padrão é simplesmente inviável de ser adotado na porção semi-árida da região. Tampouco a agricultura irrigada pode se desenvolver em grande escala na região, salvo nas manchas constituídas nos chamados polos de irrigação (como é o caso do bi-polo Petrolina-Juazeiro e o Vale do Açu).

Em suma, a política agrícola do governo federal, nos anos 90, não só preservou a exclusão social dos agricultores familiares nordestinos, como a aprofundou. Nesse sentido, ela contribuiu para debilitar ainda mais a já frágil estrutura produtiva desse segmento rural. As políticas de abertura comercial e valorização artificial da moeda serviram para que entrasse no país um volume significativo de produtos agrícolas importados, servindo não só para

eliminar alguns setores da agricultura nordestina (como no caso do algodão), como serviu também para comprimir o preço dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, a renda dos produtores rurais. Além disso, a introdução de mecanismos de mercado como balizadores das políticas de crédito e de comercialização, com o afastamento do Estado dessas etapas da produção agrícola e a sua transferência para os setores privados, dificultou ainda mais a possibilidade dos agricultores familiares de terem acesso a crédito e a sistemas eficientes de comercialização.

Com relação ao programa destinado especificamente à agricultura familiar, o PRONAF, além da natureza compensatória do mesmo, seus recursos, escassos e caros, estão sendo proporcionalmente pouco aproveitados pelos agricultores nordestinos. Por outro lado, na sua própria concepção ele foi orientado para aqueles produtores que já estavam razoavelmente integrados ao mercado e que, portanto, teriam condições, segundo o governo, de utilizar esses recursos de modo eficiente. Todavia, como aproximadamente 85% dos produtores nordestinos encontram-se descapitalizados ou em processo de descapitalização, os mesmos nem sequer são objetos desse programa, constituindo assim uma massa de deserdados que foram simplesmente “esquecidos” pela política oficial do governo federal.

Em função disso, podemos afirmar sem a menor sombra de dúvida que a política agrícola adotada pelo governo federal, nos anos 90, comprometeu a já combalida sustentabilidade da agricultura familiar

nordestina, ou melhor, se essa agricultura – sobretudo na região semi-árida do Nordeste – já apresentava fortes indícios de insustentabilidade, o modelo agrícola dos anos 90 tendeu a agravar ainda mais essa situação.

Considerações finais

A política agrícola brasileira nos anos 90 foi caracterizada pelos seguintes elementos: abandono da PGPM, redução do crédito agrícola e alteração nas suas fontes – com o afastamento do Estado e o aumento da participação do setor privado – abertura comercial com sobrevalorização cambial e elevação das taxas de juros. Para a agricultura familiar, especificamente, foi introduzido um programa especial de financiamento, o PRONAF. Os resultados dessa política foram: estagnação da produção e da renda agrícola na década, redução dos preços e do volume de emprego, redução brutal da renda agrícola nos anos 90 quando comparada com os anos 80.

Em termos de agricultura familiar nordestina, estruturalmente pouco sustentável ou mesmo insustentável, essa política veio a agravar ainda mais a capacidade dos agricultores familiares da região de combinar a melhoria das condições de vida com a preservação dos recursos naturais, pilastra do desenvolvimento sustentável.

Nos discursos do governo, a agricultura patronal e a agricultura familiar consolidada passariam a financiar-se utilizando recursos dos setores privados, enquanto os recursos públicos se destinariam aos setores em transição da agricultura

familiar, ou seja, para aqueles agricultores familiares que apesar de não serem consolidados e integrados de forma eficientes ao mercado também não constituíam a massa de agricultores periféricos. Isso ajudaria a fortalecer a agricultura familiar do país.

Todavia, o que se viu foi que os eternos beneficiados pela política agrícola no Brasil continuaram tendo acesso a crédito, enquanto os eternos deserdados permaneceram à margem desse processo. Dos agricultores familiares nordestinos, pelo menos 85% deles, além de sofrerem os efeitos das políticas de abertura comercial com redução dos preços agrícolas, foram simplesmente “esquecidos” por qualquer política governamental, uma vez que esses agricultores constituem aquilo que os mentores do PRONAF classificam como agricultores periféricos, ou seja, que não possuem capacidade de sobrevivência no novo ambiente de competitividade no setor rural brasileiro e que, portanto, foram deixados para agonizarem lentamente, até não possuírem mais capacidade de resistência.

Referências bibliográficas

AGROANALYSIS. FGV, Abril, 1999.

BARROS, Geraldo Sant’Ana de Camargo. A transição na política agrícola brasileira. *IN: Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Anais XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) / Editores: Danilo R. D. de Aguiar & José B. Oinho. Brasília, SOBER, 1998. Vol. 01.*

CERRI, Cláudio. Agricultura familiar: algo mais que adeus. *IN: Revista Globo Rural. Ano 15, nº 177. p. 53-64. Junho/2000.*

CNA, *Indicadores Rurais*, Jan/fev – 2000.

CNA, Informativo Técnico – *Revista Gleba*. Abr/Maio 2000.

DELGADO, Guilherme Costa & FERNANDES FILHO, José Flôres. Determinantes da queda recente do preço da terra no Brasil. *IN: Anais do IV Encontro Nacional de Economia Política. Porto Alegre: UFRGS / Faculdade de Ciências Econômicas, 1999. (CD-ROM).*

DELGADO, Guilherme Costa. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. *IN: RAMOS, Pedro & REYDON, Bastiaan P.. Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995.*

FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.

FLORES, Murilo. Desenvolvimento local: um caminho para o novo mundo rural. *IN: Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Anais XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) / Editores: Danilo R. D. de Aguiar & José B. Oinho. Brasília, SOBER, 1998. Vol. 01.*

GOMES, Gustavo Maia. Desenvolvimento sustentável no Nordes-

te brasileiro: uma interpretação impopular. IN: GOMES, Gustavo Maia, SOUZA, Hermino Ramos de, & MAGALHÃES, Antônio Rocha (orgs.). *Desenvolvimento sustentável no Nordeste*. Brasília, IPEA, 1996.

GONÇADO JÚNIOR, Francisco Lopes & ESTANISLAU, Maria Letícia Líbero. Impactos da globalização no setor agropecuário. IN: *Informe Agropecuário*. Belo Horizonte, v. 20, n° 1999, p. 20-28, jul/ago/1999.

LÍCIO, Antônio. Agricultura: origem e solução do desemprego no Brasil. IN: *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Anais XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) / Editores: Danilo R. D. de Aguiar & José B. Oinho*. Brasília, SOBER, 1998. Vol. 01.

MARQUES, Pedro Valentim & SOUSA, Eduardo L. L. de. Cenários dos sistemas agroindustriais de grãos no Brasil e novas formas de comercialização. IN: *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília, SOBER, 1998. Vol. 01.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto (org.). *Agricultura e estabilização no Brasil. Coletânea de artigos*. Brasília: Embrapa-SPI/Ministério da Fazenda, 1998.

MENEZES, Francisco (org.). *Política agrícola e governo Collor*. Rio de Janeiro: Fase, 1991.

REZENDE, Gervásio Castro de. Conjuntura macroeconômica e po-

lítica agrícola no período 1992/97: dos velhos aos novos instrumentos. IN: *Revista de Política Agrícola*. – Ano VIII, n° 03 – jul/ago/set – 1999.

TEIXEIRA, Gerson. As dívidas agrícolas e o PT. IN: *Teoria & Debate*, ano 13, n. 43, jan/fev/mar 2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

VILELA, Sérgio L. de Oliveira. Qual a política para o campo brasileiro? (do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?). IN: *Anais do XXXV Congresso da SOBER*. Natal, 1997.